



PROJETO BÁSICO Nº 8/2026

OBJETO: Constitui o objeto deste Projeto Básico a Contratação Semi-Integrada Lote Único de Empresa para Elaboração dos Estudos, Projetos Básico/Executivo de Engenharia e Execução da Obra da Ponte de Concreto Protendido na Rua João Ponce de Arruda no bairro Jardim das Flores, no Município de Rondonópolis/MT.

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	3
2. MAPA DE SITUAÇÃO	3
3. METODOLOGIA	4
4. ESTUDO HIDROLÓGICO	5
5. QUADRO RESUMO	5
6. DEFINIÇÃO DO OBJETO	5
7. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	6
8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	7
9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	9
10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	14
11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	16
12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO	18
13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	21
14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	29
15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	29
16. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR	30
17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	33
18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	34
19. ESCOPO DE PROJETO EXECUTIVO	36
20. DISPOSIÇÕES FINAIS	38

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Infraestrutura de Rondonópolis/MT (Sinfra) apresenta o Projeto Básico e a documentação para a Concorrência Pública visando a contratação de empresa para a execução de uma Obra de Arte Especial (OAE) e seus respectivos acessos no perímetro urbano.

O objeto da presente licitação compreende a construção de uma ponte em concreto, incluindo a execução dos respectivos encabeçamentos e vias de acesso devidamente pavimentadas, de acordo com projeto. As obras serão licitadas em lotes distintos, conforme as seguintes especificações e localizações:

Lote	Localização	Transposição	Dimensões (Vão x Largura)
Único	Rua João Ponce de Arruda no bairro Jardim das Flores	Córrego Lageadinho	39,00 m x 12,54 m

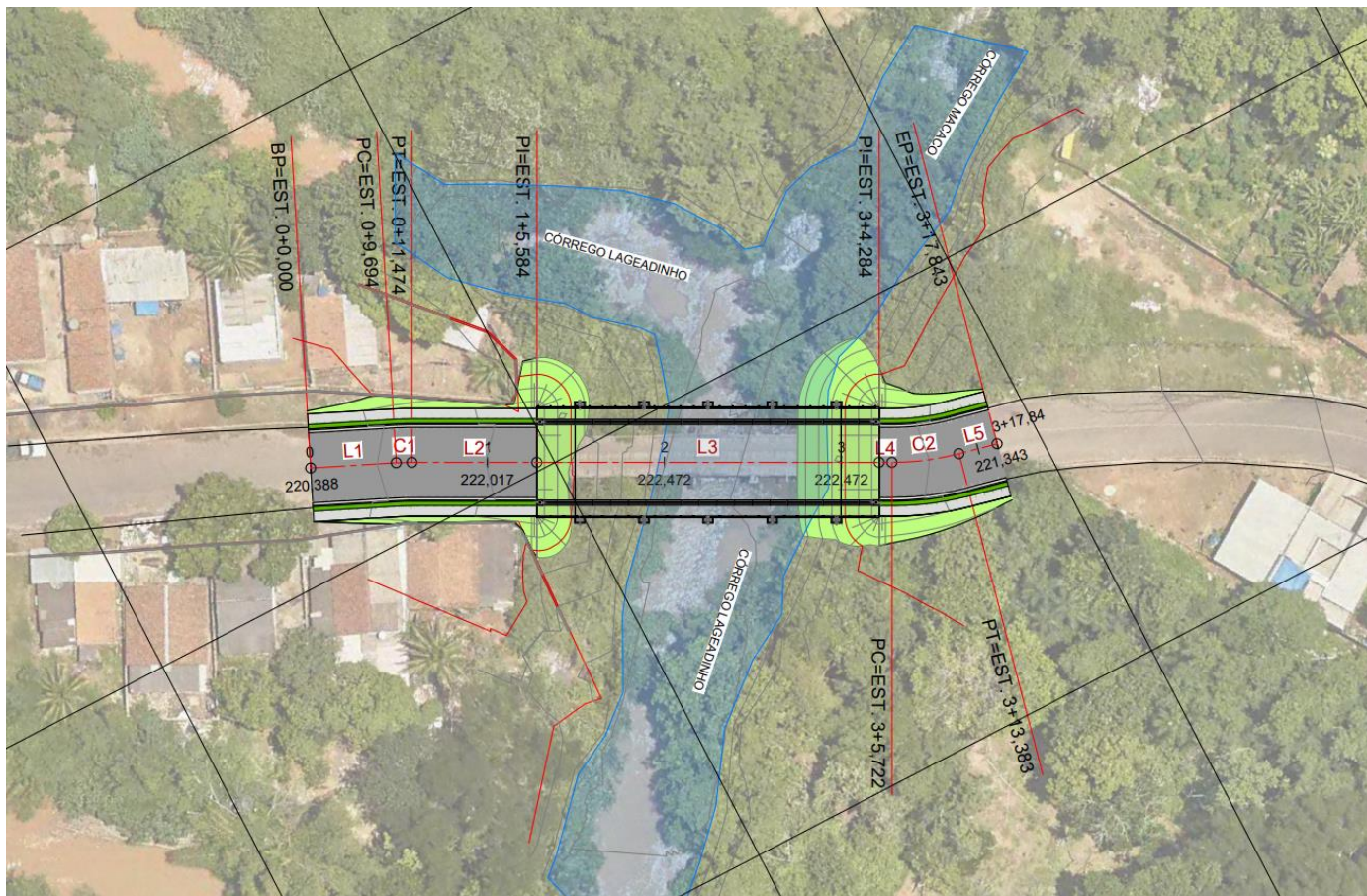
A obra da ponte de concreto a ser executada no local auxiliar a integração dos bairros que fazem a divisa, considerando que houve uma perda na mobilidade urbana após o colapso da ponte de madeira. Os projetos foram concebidos para otimizar a interligação estratégica entre setores da cidade. Adicionalmente, a seção transversal das pontes contempla a implantação de infraestrutura para transporte em duas faixas de dois sentidos e passarelas para os pedestres.

2. MAPA DE SITUAÇÃO

Figura 1: Localização Ponte Rua João Ponce de Arruda no Bairro Jardim das Flores



Figura 2: Projeção da Ponte



3. METODOLOGIA

3.1. O presente Projeto Básico foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura (Sinfra) de Rondonópolis/MT para orientar a contratação das obras de construção de uma Obra de Arte Especial (OAE) sobre o Córrego Lageadinho, localizada Rua João Ponce de Arruda do bairro Jardim das Flores.

3.2. Todos os parâmetros e premissas adotados neste projeto estão em conformidade com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR), as especificações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e, como referência, as instruções normativas da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA/MT).

3.3. Por se tratar de um Projeto Básico, não foram realizados estudos de campo detalhados, como levantamentos topográficos e investigações geotécnicas (sondagens). A execução destes estudos é de responsabilidade da empresa contratada e constitui etapa obrigatória para o detalhamento e a elaboração do Projeto Executivo.

3.4. O modelo estrutural de referência, detalhado neste Projeto Básico, considera uma superestrutura em concreto protendido. Contudo, a presente licitação será conduzida na modalidade de contratação semi-

integrada. Desta forma, faculta-se à licitante a proposição de soluções de engenharia alternativas, como a utilização de vigas com protensão, desde que devidamente justificada a sua viabilidade e vantagem técnica e econômica em relação à solução de referência, e que atenda a todos os requisitos normativos e de desempenho estabelecidos.

4. ESTUDO HIDROLÓGICO

4.1. Para o dimensionamento da Obra de Arte Especial (OAE) e a verificação da seção de vazão, foi realizado um Estudo Hidrológico detalhado para a bacia de contribuição do Córrego Lageadinho nos pontos de interesse.

4.2. A metodologia empregada, os dados de base, a modelagem e os resultados obtidos, incluindo as vazões de projeto para diferentes tempos de recorrência, encontram-se no relatório completo do Estudo Hidrológico, que constitui o **Anexo I** deste Projeto Básico.

5. QUADRO RESUMO

OBJETO:	Contratação Semi-Integrada de Empresa para Elaboração dos Estudos, Projetos Básico/Executivo de Engenharia e Execução da Obra da Ponte de Concreto Protendido na Rua João Ponce de Arruda do bairro Jardim das Flores, no Município de Rondonópolis/MT.
Lote Único	
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
REGIME DE EXECUÇÃO:	CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA
TIPO/CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO GLOBAL
VALOR MÁXIMO ADMISSÍVEL:	R\$ 4.712.480,64
PRAZO DE EXECUÇÃO / VIGÊNCIA DO CONTRATO:	8 (Oito) Meses (Prazo de Execução) 11 (Onze) Meses (Vigência do Contrato).
PROJETO ARQUITETÔNICO:	Gabriel Gonçalves Dantas – Arquiteto - CAU - A299420-8 Izabela Pereira Viana – Arquiteta - CAU - A269956-7
PROJETO ESTRUTURAL:	Jônatas Gonçalves de Souza - Eng. Civil – CRE/MT 037925
PROJETO ELÉTRICO:	Ébony P. S. Felizarti – Eng. Eletricista – CREA/MT 51653

6. DEFINIÇÃO DO OBJETO

6.1. Contratação Semi-Integrada de empresa de engenharia para a elaboração dos Projetos Executivos e execução da construção de uma Obra de Arte Especial (OAE) em concreto protendido sobre o Córrego Lageadinho, no município de Rondonópolis – MT. O objeto será licitado em lote único, conforme detalhado abaixo:

- Lote Único: Obra da Ponte de Concreto Protendido na Rua João Ponce de Arruda do bairro Jardim

das Flores, com extensão de 39,00 m e largura de 12,54 m.

6.2. O objeto desta Concorrência Eletrônica tem a natureza de obra comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XII, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

6.3. A obra em questão é classificada como comum, visto que:

I) os serviços a serem executados não são dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito;
II) existem múltiplos fornecedores e executantes disponíveis no mercado;
III) os métodos construtivos, equipamentos e materiais utilizados são de uso corrente na engenharia; e
IV) os padrões de desempenho e qualidade são aferíveis por meio de especificações técnicas usuais (ABNT, DNIT etc.).

6.4. Os serviços são de natureza não continuada, conforme expresso no art. 6º, inciso XVII, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)

6.5. A presente licitação se dará em lote único, conforme item 6.1. A não divisão do objeto justifica-se pela escolha da contratação semi-integrada para melhor compatibilização entre projeto e obra. As licitantes poderão apresentar propostas, sendo a adjudicação realizada para a proposta mais vantajosa.

6.6. O prazo de execução será de 8 (oito) meses, contados a partir da data de assinatura do respectivo Instrumento Contratual.

6.7. O prazo de vigência do contrato para cada lote será de 11 (onze) meses, contados a partir da data de assinatura do respectivo Instrumento Contratual.

6.8. O regime de execução do contrato será de Contratação Semi-Integrada.

6.9. A adoção do regime de contratação Semi-Integrada, nos termos do Art. 46, § 4º, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), justifica-se pela natureza técnica do objeto. Este regime permite que a empresa contratada, responsável pela execução da obra, possa otimizar as soluções de engenharia e os detalhamentos construtivos na elaboração do projeto executivo, resultando em maior eficiência, mitigação de riscos de incompatibilidades e potencial economia de prazo e recursos para a Administração Pública.

6.10. Os quantitativos e códigos dos itens estão discriminados na planilha orçamentária em anexo.

7. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. A presente contratação é fundamental para a concretização de objetivos estratégicos da gestão municipal, visando a melhoria da infraestrutura urbana e da mobilidade em Rondonópolis/MT. A construção da Obra de Arte Especial (OAE) em concreto protendido sobre o Córrego Lageadinho, na Rua João Ponce de Arruda do bairro Jardim das Flores, atende a uma necessidade de integração dos bairros no sistema viário após o colapso da ponte de madeira, além de visar que a nova estrutura seja mais durável e exija menos manutenções.

7.2. A contratação alinha-se ao planejamento estratégico e ao plano de governo da atual gestão, que preveem investimentos em infraestrutura para a modernização da cidade. O procedimento licitatório e a subsequente contratação serão regidos pela [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis, garantindo a legalidade, a transparência e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

7.3. O ETP (Estudo Técnico Preliminar) apresenta elementos e informações complementares que embasam e justificam a escolha.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

8.1. A solução consiste na contratação, sob o regime de Contratação Semi-Integrada, de empresa de engenharia para a elaboração dos Projetos Executivos e execução da Obra de Arte Especial (OAE) e seus respectivos acessos, visando a transposição do Córrego Lageadinho em Rondonópolis/MT.

8.2. A contratação está estruturada para garantir a obtenção de uma solução completa e funcional, desde os estudos de campo e projetos de detalhamento até a entrega final das obras, em conformidade com as melhores práticas da engenharia e a legislação vigente.

8.3. O escopo dos serviços a serem contratados compreende, mas não se limita a:

8.3.1. Estudos e Projetos:

- Realização de levantamentos topográficos e investigações geotécnicas (sondagens) para subsidiar os projetos;
- Elaboração dos Projetos Executivos completos de engenharia (estrutural, geométrico, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, etc.), a partir do Projeto Básico fornecido pela Administração;
- Elaboração de planos de ataque, cronogramas executivos e planos de gestão ambiental e de segurança do trabalho.

8.3.2. Obras e Serviços:

- Execução da infraestrutura, mesoestrutura e superestrutura da Obra de Arte Especial (ponte);
- Execução dos encabeçamentos (encontros) e das obras de contenção necessárias;
- Execução das vias de acesso, incluindo serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem, meios-fios e calçadas;
- Implantação de toda a sinalização viária (horizontal e vertical) e dos dispositivos de segurança (defensas metálicas, barreiras etc.);
- Execução de obras complementares e de urbanização, incluindo a previsão de infraestrutura para ciclovias conforme seção transversal de projeto;
- Desenvolvimento e aplicação de todos os elementos de acabamento e estética para garantir a conformidade com o estilo arquitetônico neoclássico definido pela Administração;
- Implantação de sistema de iluminação pública ornamental, com postes e luminárias coerentes com o estilo arquitetônico neoclássico adotado.



8.4. A contratação será regida pela [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), sob o regime de **Contratação Semi-Integrada**. Tal regime é justificado pela vantagem técnica de permitir que a contratada otimize as soluções de engenharia no Projeto Executivo, assumindo a responsabilidade pela compatibilidade entre o projeto e a execução, o que mitiga riscos de aditivos e atrasos para a Administração.

8.5. O modelo estrutural de referência, apresentado no Projeto Básico, prevê uma solução em concreto protendido. Contudo, faculta-se à licitante, na fase de elaboração do Projeto Executivo, a proposição de soluções alternativas (ex: estrutura mista), desde que demonstre, sem ônus para a Administração, as vantagens técnicas e econômicas e atenda a todos os parâmetros de desempenho e segurança exigidos.

8.6. Diretrizes Arquitetônicas

8.6.1. Como premissa fundamental do projeto, a Obra de Arte Especial deverá ser executada em **Estilo Arquitetônico Neoclássico**. Esta diretriz é um requisito obrigatório e visa a integração das novas estruturas à identidade visual e ao planejamento urbanístico do município. A empresa contratada deverá, na fase de elaboração do Projeto Executivo, detalhar todos os elementos estéticos, como guarda-corpos, barreiras, pilares e acabamentos, para que sigam fielmente as linhas e proporções características do estilo neoclássico, submetendo-os à aprovação da equipe técnica da Sinfra.

8.6.2. A definição de que a Obra de Arte Especial deverá seguir o estilo arquitetônico neoclássico, conforme detalhado neste documento, constitui uma diretriz fundamental do projeto e está amparada no poder-dever da Administração de descrever pormenorizadamente o objeto a ser contratado. Tal exigência não representa restrição ao caráter competitivo do certame, pelos seguintes motivos:

- **Interesse Público:** A escolha decorre de decisão de planejamento urbano da gestão municipal, visando criar uma identidade visual para as novas obras de infraestrutura, promover a valorização estética do espaço urbano e garantir a integração harmoniosa das pontes com futuros projetos de revitalização da área.

- **Impessoalidade da Exigência:** A especificação se refere a um **estilo arquitetônico** amplamente conhecido e documentado, e não a marcas, materiais patenteados ou processos construtivos de domínio restrito. A execução de elementos neoclássicos pode ser realizada com técnicas e materiais usuais de mercado, não direcionando a contratação a um grupo específico de fornecedores.

- **Manutenção da Competitividade:** A capacidade de executar acabamentos arquitetônicos é inerente à atividade de construção civil de obras dessa natureza. Qualquer empresa qualificada para a execução estrutural da obra possui plenas condições de atender às diretrizes estéticas, seja com equipe própria ou por meio da contratação de mão de obra especializada, o que preserva a ampla competitividade do certame. Desta forma, a exigência de estilo é um legítimo critério de padronização definido pela Administração, em conformidade com o Art. 40, V, 'a', da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e não uma cláusula restritiva.

8.7. Toda a solução, incluindo projetos e obras, deverá atender rigorosamente às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR), às especificações e manuais do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e, como referência de boas práticas, às instruções

normativas da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA/MT). O Estudo Hidrológico, que define as premissas de vazão para o dimensionamento da OAE, encontra-se anexo a este Projeto Básico.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Vistoria Técnica

9.1.1. A licitante poderá vistoriar os locais de implantação da obra na Rua João Ponce de Arruda do Jardim das Flores a fim de obter pleno conhecimento das condições locais para a elaboração de sua proposta. A vistoria é **facultativa**, em conformidade com o Art. 63, §3º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

9.1.2. Caso opte pela vistoria, a licitante deverá agendá-la previamente junto à Secretaria de Infraestrutura pelo e-mail licitacao@rondonopolis.mt.gov.br, em dias úteis, das 8h às 11h e das 13h às 17h. O prazo para a visita se estende do primeiro dia útil após a publicação do edital até o último dia útil anterior à data de abertura da sessão pública.

9.1.3. A licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar uma **Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto**, assinada por seu responsável técnico, atestando que possui total conhecimento das condições e peculiaridades da contratação. A apresentação desta declaração isenta a Administração de qualquer responsabilidade decorrente do desconhecimento da licitante sobre as condições locais.

9.1.4. A não realização da vistoria não poderá embasar futuras alegações de desconhecimento para eximir-se de obrigações contratuais, devendo a licitante vencedora assumir todos os ônus decorrentes.

9.2. Requisitos de Sustentabilidade

9.2.1. A CONTRATADA é a responsável principal pelo cumprimento de todas as condicionantes estabelecidas na Licença Ambiental do empreendimento, respondendo por quaisquer omissões ou infrações.

9.2.2. A CONTRATADA deverá adotar as melhores práticas de gestão ambiental no canteiro de obras, incluindo, no mínimo:

- a) **Gestão de Resíduos:** Implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002, garantindo a triagem, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados.
- b) **Controle de Emissões e Efluentes:** Adotar medidas para controle de emissão de poeira (supressão por umectação), gestão de efluentes do canteiro e manutenção preventiva da frota de veículos e equipamentos para controle da poluição atmosférica.
- c) **Uso Racional de Recursos:** Implementar programa de uso racional de água e energia elétrica no canteiro de obras, com metas de redução de consumo e combate a desperdícios.
- d) **Segurança e Saúde Ocupacional:** Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs) necessários, garantindo um ambiente de trabalho seguro e em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho.

9.3. Licenciamento Ambiental

9.3.1. A CONTRATANTE é responsável pela obtenção da Licença Prévia (LP) do empreendimento, que se encontra anexa a este edital, em conformidade com o Art. 18, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

9.3.2. A CONTRATADA será responsável pela elaboração dos estudos, projetos e relatórios necessários, bem como pelo custeio e obtenção de todas as licenças subsequentes, notadamente a Licença de Instalação (LI), que autoriza o início das obras, e a Licença de Operação (LO), ao final dos trabalhos.

9.3.3. Os custos para a obtenção das licenças de responsabilidade da CONTRATADA (LI e LO) já estão contemplados na planilha orçamentária da licitação, sendo a CONTRATADA devidamente remunerada por estes serviços.

9.3.4. Caberá à CONTRATADA o cumprimento de todas as condicionantes e exigências estabelecidas em todas as fases do licenciamento ambiental (LP, LI e LO), respondendo por quaisquer omissões, multas ou sanções decorrentes de seu descumprimento.

9.3.5. Caso a CONTRATADA, na fase de elaboração do Projeto Executivo, proponha alterações de traçado ou outras modificações técnicas substanciais que impliquem a necessidade de revisão ou alteração da Licença Prévia (LP) existente, a responsabilidade por todo o processo de alteração, incluindo a elaboração de novos estudos e a tramitação junto ao órgão ambiental, será da CONTRATADA. Os custos associados a esta atividade estão contemplados na planilha orçamentária e serão devidamente remunerados.

9.4. Subcontratação

9.4.1. É admitida a subcontratação de parcelas do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, vedada a subcontratação da parcela principal ou de serviços para os quais se exigiu qualificação técnica na habilitação.

9.4.2. A subcontratação dependerá de autorização prévia da fiscalização da Sinfra e não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade integral pela perfeita execução do contrato. A CONTRATADA responderá solidariamente por todos os atos da subcontratada, incluindo a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista desta perante a Administração.

9.5. Participação de Consórcios

9.5.1. Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do Art. 15 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), como forma de ampliar a competitividade e somar capacidades técnica e financeira.

9.5.2. A licitante que participar em consórcio deverá apresentar o instrumento de constituição do consórcio, com a indicação da empresa líder, que será a representante perante a Administração. As responsabilidades das consorciadas serão solidárias, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

9.6. Garantia de Execução da Obra



9.6.1. A CONTRATADA, em conformidade com o disposto no art. 618 do Código Civil brasileiro, garante a solidez e a segurança da obra executada, assim como a qualidade dos materiais e serviços empregados, pelo prazo irredutível de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

9.6.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA se obriga a corrigir, às suas expensas, quaisquer vícios, defeitos ou incorreções que venham a ser identificados na obra, resultantes da execução ou da qualidade dos materiais aplicados. A correção deverá ser iniciada em até 15 (quinze) dias após a notificação formal da CONTRATANTE e concluída no prazo estabelecido pelo fiscal do contrato.

9.6.3. A garantia de que trata esta cláusula abrange, sem se limitar a:

- a) Estabilidade e integridade estrutural do pavimento das calçadas;
- b) Qualidade e durabilidade dos materiais empregados no revestimento e acabamento das calçadas;
- c) Adequação das declividades e caimentos para escoamento pluvial;
- d) Funcionalidade e segurança dos elementos de acessibilidade instalados (rampas, pisos táteis etc.);
- e) Integridade das juntas de dilatação e elementos de drenagem;
- f) Resistência e durabilidade do pavimento às condições de uso e intempéries.

9.6.4. A fiscalização ou o acompanhamento da execução da obra pela CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade integral pela solidez e segurança dos trabalhos, bem como pela perfeição técnica da obra.

9.6.5. A CONTRATANTE reserva-se o direito de, em caso de descumprimento das obrigações de garantia pela CONTRATADA, executar os reparos necessários por outros meios, cobrando da CONTRATADA os custos incorridos, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.

9.6.6. Ao final do prazo de garantia, e desde que sanadas todas as eventuais pendências, será emitido o Termo de Encerramento de Garantia, dando-se por cumpridas as obrigações da CONTRATADA quanto a este item.

9.7. Garantia de Execução Contratual

9.7.1. Para garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em conformidade com o art. 96 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

9.7.2. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades, à escolha da CONTRATADA:
I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País



pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)

9.7.3. A garantia, nas modalidades Caução e Fiança Bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

9.7.4. No caso de opção pela modalidade "I - Caução em dinheiro", o interessado deverá procurar a Administração Pública Municipal, em Rondonópolis/MT, para obter instruções de como efetuar-lá.

9.7.5. No caso de caução com "I - [...] Títulos da Dívida Pública", estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual informe sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização, e condições de resgate.

9.7.6. Para a prestação de garantia na modalidade "II - Seguro-Garantia", o prazo será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato (art. 96, §3º da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)) e dar-se-á mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome do Município de Rondonópolis, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração do contrato, devendo a CONTRATADA providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação da Secretaria de Infraestrutura, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas contratualmente e/ou em normativo da Administração Pública.

9.7.8. Caso a garantia se dê por "III - Fiança Bancária", esta deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil, a critério da LICITANTE, devendo a CONTRATADA providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação da Secretaria de Infraestrutura, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas contratualmente e/ou em normativo da Administração Pública.

9.7.9. Caso a garantia se dê por "IV – Título de Capitalização", esta deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil, a critério da LICITANTE, devendo a CONTRATADA providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação da Secretaria de Infraestrutura, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas contratualmente e/ou em normativo da Administração Pública.

9.7.10. A garantia prestada pela Contratada lhe será restituída ou liberada após o Recebimento Definitivo do(s) serviço(s) e, quando em dinheiro, com a devida atualização monetária.

9.7.11. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do art.120, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#). O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais de suas subcontratadas resultantes da execução do contrato, cabendo a ele a fiscalização do cumprimento de suas obrigações.

9.7.12. Ocorrendo a rescisão com fundamento nos incisos I a IX do Art. 137 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril](#)

[de 2021](#), a Administração executará a garantia prestada pela Contratada.

9.7.13. A garantia prestada visa garantir o pleno cumprimento, pela Contratada, das obrigações estipuladas neste Contrato: ressarcir a Contratante de quaisquer prejuízos decorrentes de sua rescisão unilateral e injustificada; cobrir multas que vierem a ser aplicadas em decorrência de rescisão contratual ou aplicadas por descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais ou, ainda, cobrir perdas e danos causados à Contratante.

9.7.14. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

9.8. Garantia Adicional

9.8.1. A Contratada deverá prestar garantia adicional nos termos do art. 59, § 5º, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), abaixo reproduzido:

Lei Federal nº 14.133/2021; Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Art. 59º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

9.8.2. O valor da garantia adicional corresponderá à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta vencedora, calculado conforme a seguinte fórmula:

Garantia Adicional = Valor Orçado pela Administração - Valor da Proposta Vencedora

9.8.3 Exemplo de cálculo:

- Valor orçado pela Administração: R\$ 1.000.000,00
- 85% do valor orçado: R\$ 850.000,00
- Proposta vencedora: R\$ 800.000,00
- **Garantia adicional devida: R\$ 50.000,00**

9.8.4. A garantia adicional deverá ser apresentada no prazo de, 10 (dez) dias úteis contados da convocação para assinatura do contrato, podendo ser prestada em uma das modalidades previstas no art. 96 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#):

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País



pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)

9.8.6. A garantia adicional soma-se às demais garantias contratuais exigidas, não as substituindo, e terá as mesmas condições e prazo de vigência das demais garantias prestadas.

9.8.7. A garantia adicional será liberada ou restituída nas mesmas condições estabelecidas para a garantia de execução contratual, após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais.

9.8.8. A exigência da garantia adicional independe de previsão específica no edital, constituindo obrigação legal automática sempre que verificada a condição prevista no art. 59, §5º da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

9.8.9. O não cumprimento da obrigação de apresentar a garantia adicional no prazo estabelecido implicará na aplicação das sanções previstas em lei e poderá ensejar a rescisão do contrato por descumprimento de obrigação contratual.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. Regime de Execução e Diretrizes Gerais

10.1.1. A presente contratação será executada sob o regime de Contratação Semi-Integrada, por preço global, nos termos do Art. 46, § 9º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#). A CONTRATADA será responsável pela elaboração do Projeto Executivo, a partir do Projeto Básico fornecido pela Administração, e pela execução completa das obras de cada lote para o qual for vencedora.

10.1.2. A CONTRATADA deverá conduzir os serviços em estrita conformidade com:

- a) O Projeto Básico e seus anexos;
- b) O Projeto Executivo, a ser desenvolvido pela CONTRATADA e aprovado pela fiscalização;
- c) As normas técnicas da ABNT e do DNIT;
- d) As diretrizes arquitetônicas de estilo neoclássico definidas neste Termo de Referência;
- e) A legislação ambiental e de segurança do trabalho vigentes.

10.1.3. Fica estabelecido que todos os documentos técnicos (projetos, memoriais, especificações) são complementares entre si. Qualquer detalhe ou especificação presente em um documento e omitido em outro será considerado válido e exigível.

10.2. Fases da Execução

10.2.1. A execução do contrato terá um prazo total de 8 (oito) meses, divididos em duas fases principais e sequenciais:

Fase 1: Elaboração do Projeto Executivo:

- Após a emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá realizar todos os estudos de campo complementares (sondagens, topografia, etc.) e elaborar o Projeto Executivo completo, detalhando e, se necessário, otimizando as soluções do Projeto Básico.
- Nesta fase, a CONTRATADA deverá submeter à aprovação da fiscalização todos os detalhamentos arquitetônicos do estilo neoclássico e as soluções de engenharia definitivas.
- O prazo estimado para a conclusão e aprovação desta fase é de 2 (dois) meses.

Fase 2: Execução das Obras:

- A execução da obra somente será autorizada após a aprovação do Projeto Executivo pela fiscalização.
- A CONTRATADA deverá mobilizar todos os recursos (mão de obra, equipamentos, materiais) e executar todos os serviços previstos no escopo, incluindo a implantação do canteiro de obra, a execução das fundações, meso e superestrutura, acessos, pavimentação, drenagem, sinalização, acabamentos arquitetônicos e iluminação ornamental. O prazo estimado para a execução desta fase é de 6 (seis) meses.

10.3. Condições Específicas de Execução

10.3.1. Responsabilidade Técnica: A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, um Responsável Técnico (RT) e um preposto residente na obra, ambos com a devida habilitação profissional e aceitos pela fiscalização.

10.3.2. Canteiro de Obras e Sinalização: A CONTRATADA é responsável pela implantação, organização e manutenção do canteiro de obras, incluindo escritório para a fiscalização. Deverá também garantir a sinalização de segurança da obra e do seu entorno, 24 horas por dia, conforme as normas do DNIT e do Código de Trânsito Brasileiro, providenciando desvios e acessos provisórios sempre que necessário para minimizar o impacto à comunidade.

10.3.3. Mão de Obra, Equipamentos e Materiais: Todos os recursos necessários serão fornecidos pela CONTRATADA. A mão de obra deverá ser qualificada, os equipamentos deverão estar em perfeitas condições de uso e segurança, e os materiais deverão ser novos, de primeira qualidade e previamente aprovados pela fiscalização mediante a apresentação de amostras e/ou ensaios.

10.3.4. Segurança e Saúde Ocupacional: A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho, em especial a NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), garantindo a saúde e a integridade física de todos os trabalhadores.

10.3.5. Planejamento e Riscos: A CONTRATADA deverá, em sua proposta e planejamento, considerar as características locais, incluindo o regime de chuvas da região. Atrasos decorrentes de eventos pluviométricos ordinários não serão aceitos como justificativa. Apenas eventos climáticos extraordinários, caracterizados como caso fortuito ou força maior e devidamente comprovados, poderão ser considerados para fins de reequilíbrio de prazos.



10.4. Acompanhamento e Fiscalização

10.4.1. Diário de Obras: A CONTRATADA deverá manter um Diário de Obras, preferencialmente em formato digital ou sistema a ser definido pela fiscalização, para o registro diário de todas as ocorrências relevantes, como condições climáticas, efetivo de pessoal e equipamentos, serviços executados, consultas, ordens e determinações da fiscalização. O diário deverá ser assinado diariamente pelo preposto da CONTRATADA e pelo fiscal do contrato.

10.4.2. Medição e Pagamento: Os pagamentos serão realizados com base em medições mensais dos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, em conformidade com o cronograma físico-financeiro do contrato. Nenhuma medição será aprovada sem o correspondente registro de execução no Diário de Obras.

10.4.3. Mobilização e Início: A CONTRATADA terá o prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Serviço Inicial (OIS), para iniciar a mobilização de seus recursos e dar início à Fase 1 (Elaboração do Projeto Executivo).

10.4.4. Conclusão e Recebimento: Os serviços só serão considerados concluídos após a total conformidade com o projeto executivo aprovado e as especificações técnicas. O recebimento da obra seguirá os ritos de Recebimento Provisório e Recebimento Definitivo, conforme estabelecido no Art. 140 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. Diretrizes Gerais de Execução

11.1.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e o disposto neste Termo de Referência, respondendo cada parte pelas consequências da inexecução total ou parcial.

11.1.2. Todas as comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão formalizadas por escrito, admitindo-se o uso de meio eletrônico com comprovação de recebimento. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, convocar o representante legal ou o preposto da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.2. Gestão e Fiscalização do Contrato

11.2.1. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por agentes públicos especialmente designados pela CONTRATANTE, em conformidade com o Art. 117 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), que atuarão de forma coordenada para garantir o fiel cumprimento do objeto. Serão designados:

a) **Gestor do Contrato:** Agente responsável pela coordenação geral, acompanhamento do fluxo administrativo (pagamentos, aditivos, sanções) e tomada de decisões gerenciais.

b) **Fiscal Técnico do Contrato:** Agente responsável pelo acompanhamento e avaliação da execução



técnica dos serviços no canteiro de obras, incluindo a verificação da qualidade, conformidade com os projetos e normas, e medição dos serviços executados.

11.2.2. A designação do gestor e do fiscal será formalizada por portaria, dando-se ciência à CONTRATADA.

11.3. Atribuições do Fiscal Técnico

11.3.1. O Fiscal Técnico deverá:

- a) Acompanhar a execução dos serviços para garantir que sejam cumpridas todas as condições técnicas, de qualidade e de quantidade estabelecidas no contrato e no Projeto Executivo aprovado;
- b) Anotar no Diário de Obras todas as ocorrências relevantes, emitindo notificações para a correção de eventuais falhas ou defeitos observados e estabelecendo prazo para a regularização;
- c) Comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato qualquer ocorrência que possa inviabilizar a execução do contrato nos prazos estabelecidos;
- d) Realizar a medição mensal dos serviços efetivamente executados e aprovados, conferindo as memórias de cálculo e encaminhando ao Gestor para fins de pagamento.

11.4. Atribuições do Gestor do Contrato

11.4.1. O Gestor do Contrato deverá:

- a) Coordenar e supervisionar a atuação do Fiscal Técnico, centralizando as informações e tomando as decisões que ultrapassem a competência deste;
- b) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA e o fluxo de pagamentos, garantias e glosas;
- c) Instruir e formalizar os processos de alteração contratual (aditivos e apostilamentos), prorrogações e reequilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- d) Instaurar processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de sanções, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

11.5. Responsabilidades e Preposto da Contratada

11.5.1. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, vício ou dano decorrente da execução dos serviços, nos termos do Art. 120 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

11.5.2. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, um preposto aceito pela Administração no local da obra, com poderes para representá-la em todas as questões operacionais e receber notificações. A CONTRATANTE poderá, de forma justificada, recusar a indicação ou solicitar a substituição do preposto.



12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

12.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

- I. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada, apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
- II. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- III. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- IV. Ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- V. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- VI. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- VII. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- VIII. O pagamento será efetuado à empresa Contratada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, de acordo com o cronograma físico-financeiro constante do Projeto Básico, contados da data do atesto da área competente da Prefeitura, aposto nos documentos de cobrança, e de acordo com a evolução da obra, conforme cronograma físico-financeiro apresentado pela Secretaria Demandante. Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.
- IX. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.
- X. A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastramento da Prefeitura para verificação da situação da Contratada em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.
- XI. O Contratante pagará a(s) Nota(s) Fiscal (is) / Fatura(s) somente à Contratada, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.
- XII. A empresa Contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta-corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.
- XIII. A Fiscalização da Prefeitura somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para

pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

- XIV. Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada, não se admitindo em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues no local do objeto.
- XV. Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalizações relativas aos encargos previdenciários.
- XVI. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

12.2. Dos Boletins de Medição e Memorial de Cálculo

- I. Ao final de cada mês e ao final do serviço, a CONTRATADA deve proceder à elaboração dos Boletins de Medição e respectivo Memorial de Cálculo, os quais deverão ser sequencialmente numerados e conter, no cabeçalho, as seguintes informações mínimas:
- Número e data do contrato;
 - Número e data da Ordem Inicial de Serviço (OIS);
 - Nome da Contratada;
 - Data-Base de Referência;
 - Período da medição;
 - Data da medição;
 - Saldo contratual;
- II. Os boletins de medição precisam ter, necessariamente, as seguintes colunas:
- Descrição do item;
 - Unidade de apropriação (m, kg, um, t, m², m³, etc.);
 - Quantidade prevista em contrato;
 - Preço Unitário;
 - Quantidade medida no período;
 - Quantidade medida acumulada;
 - Código do serviço (vinculando-o à tabela de referência utilizada);
 - Preço unitário de referência no orçamento básico;
 - Quantidade medida até a medição anterior;
 - Saldo (quantitativo de cada serviço).
- III. Memorial de Cálculo que serão lançados no Boletim de Medição contendo todos os Cálculos Aritméticos;
- IV. Documentos diversos: declaração, ficha de cotações, testes e ensaios em geral quando necessário;
- V. Relatório Fotográfico com no mínimo 20 (vinte) fotos datadas e georreferenciadas;
- VI. Todos os documentos relativos ao Boletim de Medição devem ser devidamente assinados pelos



profissionais que atuaram na sua elaboração.

12.3. Reajuste

- I. Os preços contratuais, em Reais, poderão ser reajustados pelos Índices utilizados pelo DNIT, para o Setor Rodoviário, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, ou outra que vier a substituí-la, após decorrido 01 (um) ano da data-base do orçamento preestabelecido no Edital, nos termos do art. 3º, §1º, da Lei nº 10.192 de 2001, sendo o índice inicial referente ao mês do Orçamento Referencial. Para apuração do índice correto, verificar a lista de disciplinas que compõe a [Instrução Normativa Nº 1/DNIT Sede, de 24 de janeiro de 2023.](#)
- II. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de reajustamento do DNIT/FGV exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- III. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- IV. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- V. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- VI. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- VII. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- VIII. O reajuste será realizado por apostilamento.
- IX. Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.
- X. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir.

$$R = \frac{(I_i - I_0) \times V}{I_0}$$

Onde,

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I₀ = Índice de preço verificado no mês-base do orçamento;

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

- XI. Excluem-se da revisão de preços as parcelas correspondentes à indenização de materiais fornecidos pelo contratado, cujos custos tenham sido medidos e pagos pelos valores consignados no documento oficial relativo à compra
- XII. O índice de reajustamento composto a ser aplicado para misturas asfálticas adquiridas comercialmente deverá ser elaborado conforme art. 20 da Instrução Normativa Nº 1/DNIT Sede, de 24 de janeiro de 2023.
- XIII. A iniciativa e o encargo para o cálculo do reajustamento deverão ocorrer por conta da contratada,

cabendo ao órgão ou entidade contratante a verificação do resultado obtido, e se houver concordância, aplicar o reajustamento dos preços com fundamentos nesses cálculos. Se equivocados, deverá ter o respectivo protocolo devolvido para as devidas correções apontadas pela Administração.

- XIV. Para itens de contratos que necessitam ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõe esses itens deverão ser desmembrados, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Modalidade e Critério de Julgamento

13.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com modo de disputa **ABERTO**, adotando-se o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

13.2. Regime de Execução Contratual

13.2.1. O regime de execução do contrato será de **CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA**. A escolha deste regime foi fundamentada na percepção de que a Administração Pública Estadual receberá um empreendimento complexo pronto para funcionamento imediato.

13.2.2. Trata-se de regime de contratação inspirado no modelo EPC (Engineering, Procurement and Construction Contract), no qual o contratado, atuando como empreiteiro integral, se incumba de projetar, executar e entregar a obra integralmente pronta, equipada e testada. Este sistema funciona no formato turn-key (viragem da chave), em que a obra é entregue completamente pronta, testada e em plenas condições de funcionamento operacional.

13.3. Critérios de Aceitabilidade de Preços

13.3.1. Compatibilidade com Especificações Técnicas

As propostas de preços deverão conter descrição clara e específica do material ou serviço ofertado pela Licitante, incluindo o preço global, em compatibilidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e seus anexos, em observância ao disposto no Art. 29 da Instrução Normativa IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

13.3.2. Limites Orçamentários e Restrições de Alteração

O Licitante não poderá apresentar preços superiores aos estabelecidos no orçamento referencial da Administração Pública. Não serão permitidas alterações nas quantidades, coeficientes ou exclusões dos itens constantes das composições de preços unitários. O valor total do serviço não poderá ser superior ao do orçamento de referência, acrescido do valor do BDI (Bonificações e Despesas Indiretas).

13.3.3. Demonstrativos Obrigatórios

A Licitante deverá apresentar obrigatoriamente os seguintes demonstrativos, conforme estabelecido no Art. 56, inciso II, §5º da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#):

- Composições de Preço Unitárias (Analítica);
- Composição de BDI (Bonificações e Despesas Indiretas);
- Composição de Encargos Sociais.

13.3.4. Inclusão de Despesas e Encargos

Nos preços cotados apresentados pela CONTRATADA deverão estar inclusos todos os encargos sociais e trabalhistas, BDI, equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, bem como quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços. Deverão ser deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos. Os impostos, taxas e despesas indiretas deverão observar como limite dos preços a mediana constante do SICRO/SINAPI.

13.3.5. Responsabilidade pela Cotação Apresentada

A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da Contratada, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração de valores, seja para mais ou para menos, após a apresentação da proposta.

13.3.6. Moeda e Formato de Apresentação

Somente será aceita cotação em moeda corrente nacional (R\$ - Real), expressa em algarismos arábicos e, preferencialmente, também por extenso. Em caso de divergência entre os valores, prevalecerá o valor por extenso. Serão desprezados quaisquer valores além dos centavos.

13.3.7. Cronograma Físico-Financeiro

A empresa deverá apresentar Cronograma físico-financeiro detalhado de execução das obras e serviços relacionados ao objeto, observando as condições constantes no Projeto Básico, com periodicidade mensal de acompanhamento e medição.

13.3.8. Condições de Entrega

A proposta das empresas deverá considerar que as obras e serviços deverão ser entregues em perfeitas condições de funcionamento, testados e aprovados conforme as especificações técnicas estabelecidas.

13.3.9. Prazo de Validade da Proposta

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

13.3.10. Padronização de Cálculos



A LICITANTE deverá utilizar a função de truncamento "TRUNCAR" com duas casas decimais em todas as operações matemáticas para compor os valores da proposta, a fim de garantir a padronização dos cálculos e evitar necessidade de correções futuras na proposta de preços.

13.4. Exigências de Habilitação

13.4.1. Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de identidade do Sócio Administrador e no caso de o Administrador não ser sócio, apresentar cédula de identidade de todo(s) o(s) sócio(s).
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado, acompanhados de todas as alterações efetuadas ou da consolidação respectiva, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores; ou
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

13.4.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, compreendendo:
 - a.1) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, que deverá ser comprovada através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União, expedidas pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional.
 - a.2) Certidão Negativa da Fazenda Estadual, para as empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, será aceita somente certidão com fins de Participação em Licitações Públicas.
 - a.3) Certidão Negativa de Tributos Municipais, da sede da licitante;
 - a.4) Certidão Negativa de Débito Trabalhista, perante a Justiça do Trabalho, redação dada pela Lei nº 12.440/2011.
 - a.5) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;
 - a.6) Inscrição no cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - a.7) A comprovação de inscrição de contribuinte poderá se dar através de Alvará de Localização e Funcionamento.**
- b) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e da Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais



instituídos por lei, compreendendo:

- b.1) CRS do FGTS;
- b.2) CND do INSS.

13.4.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante em plena validade, entregue no original, se houver determinação nesse sentido, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data do certame.

a.1) Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

a.2) No caso de certidão positiva de recuperação judicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente na forma do art.58, da Lei 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta.
- c) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

c.1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

c.2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente. **(Observação, as Microempresa e Empresa de pequeno porte, não estão desobrigadas de apresentarem toda a qualificação econômica financeira exigida nesse Projeto Básico).**

c.3) sociedades e pessoas jurídicas constituídas há menos de 2 (dois) anos, deverão apresentar a documentação relativa ao último exercício social.

- d) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por

outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

- e) A comprovação da boa situação econômico-financeiro da licitante será demonstrada com base nos seguintes parâmetros:

e.1) Índice de Liquidez Geral (LG), com valor igual ou superior a 1,00, onde:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

e.2) Índice de Solvência Geral (SG), com valor igual ou superior a 1,00, onde:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

e.3) Índice de Liquidez Corrente (LC), com valor igual ou superior a 1,00, onde:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- f) Todos os quocientes referidos nos itens supracitados (e.1, e.2, e.3) deverão ser apresentados, iguais ou superiores a 1 nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.
- g) Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados, acompanhado da demonstração de 1/12 avos dos compromissos não é superior a 100% do patrimônio líquido.
- h) Comprovação por meio do balanço patrimonial de que possui patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- i) Com relação aos índices exigidos e respectivos valores, cabe ressaltar tratar-se do mínimo usualmente estabelecido, fixados em patamares que demonstram tanto a liquidez corrente, quanto a geral da empresa, além de sua capacidade de solvência, condições essas que asseguram à Administração a plena execução do objeto contratado.

13.4.4. Qualificação Técnica

- a) A empresa vencedora deverá fazer comprovação de aptidão para execução das obras, pertinentes e compatíveis em características com o objeto do projeto básico, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, adequados e disponíveis para realização do objeto do projeto básico, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, nos termos do art. 67, II e III da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).
- b) Certidão de Registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, relativo a sede da licitante.
- c) Certidão de Registro do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, relativo a sede do profissional.
- d) Comprovação que a Licitante possuir em seu quadro de pessoal ou corpo diretivo, na data prevista



Secretaria Municipal de Infraestrutura
Projeto Básico – Contratação Semi-integrada
para construção de OAE na Rua João Ponce de
Arruda no bairro Jardim das Flores

para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) de Atestado de capacidade Técnico acompanhado de Certidão de Acervo Técnico – CAT, ambos registrado no CREA ou CAU por execução de obra ou serviços de características semelhantes às do objeto licitado.

- e) Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa Licitante, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente devidamente atualizada, no caso de prestador de serviços com contrato escrito firmado com o Licitante, será aceita a declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o Licitante se sagre vencedor do certame.
- f) A comprovação do vínculo profissional será efetuada mediante a apresentação, de cópia autenticada da ficha de registro de empregado, com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho; registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, Contrato de Prestação de Serviços ou, ainda, qualquer outro meio admitido pela legislação pertinente. Para os dirigentes de empresas, tal comprovação poderá ser feita através de cópia da Ata da Assembleia em que se deu sua investidura no cargo ou, ainda, do contrato social. Os profissionais indicados pela empresa somente poderão participar como responsáveis técnicos por apenas 1 (uma) empresa, sendo inabilitadas as empresas que mencionarem o mesmo profissional para esta função.
- g) Os profissionais indicados pela empresa para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra, objeto da licitação, sendo admitida à substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que solicitado oficialmente e aprovado pela Administração Pública.
- h) Relação dos nomes da equipe técnica mínima, adequada e disponível para a realização do objeto do Projeto Básico, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que será designada e se responsabilizará pelos trabalhos, composta de no mínimo pelos profissionais arrolados na Administração de Obra constante no orçamento de referência em anexo.
- i) Declaração fornecida pela empresa indicando explicitamente pelo menos um responsável técnico para acompanhar a execução dos serviços. Na declaração deverão constar os dados mínimos necessários, tais como: nome completo, número do documento de identidade e do registro na entidade profissional competente da região a que estiver vinculado, endereço, telefone e e-mail.
- j) O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar dos atestados de responsabilidade técnica.
- k) Declaração formal de disponibilidade de profissional(is) técnico(s) a ser emitido pela licitante de que os técnicos necessários para execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis quando da contratação.
- l) Declaração formal de disponibilidade de máquinas, equipamentos, e mão de obra necessárias para execução da obra/serviço. No entanto para execução dessa licitação se faz necessário que a empresa apresente quais serão os equipamentos e mão de obra mínima disponíveis para o futuro contrato.
- m) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- n) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- o) Para comprovar a aptidão à execução do objeto a ser contratado, a LICITANTE deverá atender às exigências quanto à capacidade técnica operacional e à capacidade técnica profissional.

Lote Único - Acesso, Encabeçamento E Ponte De Concreto Da Ponte Do Jardim das Flores, No Município De Rondonópolis/MT

13.4.5. Qualificação Técnica Operacional

- a) Serão considerados todas as certidões ou atestados de obras e serviços e/ou similares ao objeto deste certame, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, em que conste o licitante como contratado principal, bem como, os decorrentes de subcontratação ou cessão, se formalmente autorizados pelo contratante. Não serão aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante. O(s) atestado(s) emitidos após 31 de março de 2023, deverá(ão) ter sido emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA e deverá(ão) estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Operacional – CAO, conforme disposto no artigo 67 II da Lei 14133/21 e Resolução 1.137/2023 do CONFEA.
- b) A qualquer tempo, deverá ser demonstrado a comprovação de ter executado serviços similares e com as quantidades mínimas exigidas abaixo dos serviços mais relevantes do orçamento:

ITENS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT. ORÇADA	PERCENTUAL ORÇADO	QUANT. IGUAL OU SUPERIOR	PERCENTUAL REQUERIDO
1	ARMAÇÃO EM AÇO CA-50 – FORNECIMENTO, PREPARO E COLOCAÇÃO	34.992,44 KG	100%	10.497,73 KG	30%
2	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C30, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUI SERVICO DE BOMBEAMENTO (NBR 8953)	470 M³	100%	122,18 M³	30%
3	FÔRMAS DE COMPENSADO PLASTIFICADO 12 MM - USO GERAL - UTILIZAÇÃO DE 2 VEZES - CONFEÇÃO, INSTALAÇÃO E RETIRADA	1.980,74 M²	100%	594,22 M²	30%
4	GABIÃO COLCHÃO ESPESSURA 0,30 M - ZN/AL + PVC - D = 2,0 MM - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	389,66 M²	100%	116,90 M²	30%

13.4.6. Qualificação Técnica Profissional

- a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) em nome de profissional(is) de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, que tenha vínculo profissional formal com o Licitante, devidamente comprovado por documentação pertinente, na data prevista para a entrega da proposta. O(s) atestado(s) deverá(ão) ter sido

emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA e deverá(ão) estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT.

- b) A qualquer tempo, o profissional demonstrará ter executado serviços/obras com as seguintes características similares ao objeto deste certame:

ITENS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT. ORÇADA	PERCENTUAL ORÇADO	QUANT. IGUAL OU SUPERIOR	PERCENTUAL REQUERIDO
1	ARMAÇÃO EM AÇO CA-50 – FORNECIMENTO, PREPARO E COLOCAÇÃO	34.992,44 KG	100%	-----	0%
2	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C30, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUI SERVICO DE BOMBEAMENTO (NBR 8953)	470 M³	100%	-----	0%
3	FÔRMAS DE COMPENSADO PLASTIFICADO 12 MM - USO GERAL - UTILIZAÇÃO DE 2 VEZES - CONFEÇÃO, INSTALAÇÃO E RETIRADA	1.980,74 M²	100%	-----	0%
4	GABIÃO COLCHÃO ESPESSURA 0,30 M - ZN/AL + PVC - D = 2,0 MM - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	389,66 M²	100%	-----	0%

13.4.7. Requisitos de Qualificação

- É vedado o somatório de atestados, para o atendimento dos itens de “maior relevância global” (vide Art. 5º da IN 58/2021/DNIT) e / ou aos de “maior relevância técnica contidas no objeto a ser licitado” (vide Art. 6º, § 1º, item “c” da IN 58/2021/DNIT).
- Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido, e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências. Somente serão aceitos atestados e/ou certidões de capacidade Técnico-Profissional devidamente registrados no CREA.
- Caso sejam apresentados Atestados de Capacidade Técnica Operacional com data anterior a resolução 1.137/2023 do Confea, e que não possuam a CAO (Certidão de Acervo Operacional), estes deverão conter obrigatoriamente a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) com data compatível a execução da atividade.
- Nos casos que a Licitante apresentar item similar ao exigido, recomenda-se ser emitida nota técnica que justifique de maneira objetiva a similaridade indicada. Recomenda-se o uso de documentos de cunho oficial como Caderno Técnico Sinapi e/ou referência Sicro.
- Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos atestados:
 - Nome do Contratado e do Contratante;
 - Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);

- Localização do serviço;
- Serviços Executados (discriminação e quantidades).

13.4.8. Será **permitida a participação de empresas estrangeiras**, cuja permissão será devidamente amparada na legislação pátria, e fundamenta-se na possibilidade de elastecer a oferta para a Administração Pública com aumento da quantidade de licitantes. Por consequência, possibilitará a formalização de contratos mais vantajosos, com melhores preços e melhores técnicas, trazendo à CONTRATANTE, economia e execução de maior qualidade.

13.4.9. Exclusividade/Benefício ME – Micro Empresa/EPP – Empresa de Pequeno Porte (Art. 48, Lei complementar 123/2006): **Não aplicável**. A participação de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte não se enquadra ao objeto deste Projeto, considerando seu valor, e por não se tratar da aquisição de serviços divisíveis. Tal ação poderia comprometer o pleno andamento da obra, uma vez que várias ações devem ser coordenadas para que se tenha um resultado satisfatório.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total da contratação é de:

Lote	Objeto	Valor
Lote Único	CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVO DE ENGENHARIA E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ACESSO, ENCABEÇAMENTO E PONTE DE CONCRETO PROTENDIDO DA PONTE NA RUA JOÃO PONCE DE ARRUDA DO BAIRRO JARDIM DAS FLORES, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS/MT.	R\$ 4.712.480,64

14.2. Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial, foram extraídos das Tabelas do SICRO/Sinapi, Tabelas da ANP e Cotações. Mês base: 10/2025 e 12/2025 sem desoneração, BDI: 27,54%, BDI Diferenciado: 22,67% e encargos sociais, adicionais e complementares, por categoria profissional, conforme Relatório Sintético de Mão-de-Obra e Manuais do SICRO.

14.3. Foram elaborados orçamentos nas condições de recolhimento de tributos onerada e desonerada, conforme orientação contida no art. 12 da Resolução Normativa TCE/MT nº 39, de 20 de dezembro de 2016 e em conformidade com o art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011, dos quais adotou-se o menor orçamento com/sem desoneração da mão de obra, garantindo assim maior economicidade à Administração Pública.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Administração Pública Municipal.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO	02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
UNIDADE	017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	15.451.2103.1097 – CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE PONTES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES
ELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.51 – 1.754.0000000 – OBRAS E INSTALAÇÕES
REDUZIDO	821

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

16.1. Executar os serviços, objeto desta licitação, observando este Projeto Básico e, de modo geral, as Especificações e as Normas Técnicas vigentes, aquelas complementares e particulares e outras pertinentes aos serviços em licitação, constantes dos respectivos projetos, as instruções, recomendações e determinações da Fiscalização e, quando houver, da Supervisão e dos Órgãos Ambientais.

16.2. Elaborar e manter o Diário de Obras, que será preenchido diariamente pelo engenheiro residente da empresa e pelo fiscal da Administração Pública. Ao término de cada mês, uma via do Diário de Obras deverá ser anexado à medição mensal dos serviços executados, devendo permanecer outra via arquivada no canteiro de obras da empresa.

16.3. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

16.4. Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado.

16.5. Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse do Município de Rondonópolis/MT em relação a serviços e atividades que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.

16.6. Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, identificados com crachás e usando, quando for o caso, equipamento de proteção individual (EPI) apropriado. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

16.7. Comunicar a Secretaria de Infraestrutura, sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de



atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização.

16.8. Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos.

16.9. Sempre que solicitado pelo Fiscal do contrato, comprovar a vinculação dos funcionários ao contrato.

16.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.11. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

16.12. Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos.

16.13. Submeter à fiscalização as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução, quando solicitado.

16.14. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente edital.

16.15. Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao Município de Rondonópolis/MT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

16.16. Prestar esclarecimentos a Administração Pública sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independente de solicitação.

16.17. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

16.18. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.19. A empresa deverá manter no canteiro de obras cópia do contrato, CREA e ART do engenheiro responsável técnico, licenças ambientais e demais documentos referentes aos serviços.

16.20. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto nos art. 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



16.21. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos.

16.22. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

16.23. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

16.24. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

16.25. Alocar profissionais altamente especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo, a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da licitante vencedora, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

16.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

16.27. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

16.28. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

16.29. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015 (art. 116 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

16.30. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

16.31. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002, com as alterações posteriores, do Conselho



Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme art. 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

16.32. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

16.33. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. A Administração Municipal deverá indicar pelo menos um representante legal para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o art. 117 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), assim como, fazer cumprir fielmente o que estabelece este Edital e todas as demais disposições legais para contratação e execução dos serviços e obras viárias.

17.2. A fiscalização deverá registrar as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.

17.3. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Licitante vencedora possa cumprir o objeto desta licitação fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.

17.4. A existência e a atuação da fiscalização da Administração Municipal em nada restringe a responsabilidade técnica única, integral e exclusiva da Licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.

17.5. Efetuar o pagamento mensal nas condições pactuadas.

17.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

17.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

17.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 90 dias.

17.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



17.10. A SINFRA Municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Descumpridas as obrigações e condições de licitação/contratação previstas neste Termo de Referência, e/ou, no Edital, e/ou no Contrato, serão aplicadas as penalidades conforme hipótese e gradação descritas nos artigos 155, 156 e ss. da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

18.2. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e do art. 201 do Decreto Municipal 11.685 de 18 de setembro de 2023, a Licitante/Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.3. Serão aplicadas à Licitante/Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e art. 202 do Decreto Municipal 11.685 de 18 de setembro de 2023);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e art. 203 do Decreto Municipal 11.685 de 18 de setembro de 2023);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j” “k” e “l” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e impedirá

o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e art. 204 do Decreto Municipal 11.685 de 18 de setembro de 2023);

IV – Multa:

I. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias, conforme dispõe art. 206 do Decreto Municipal 11.685 de 18 de setembro de 2023;

II. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

III. compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

18.4. A aplicação das sanções previstas neste Projeto Básico não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art. 156, §9º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

18.5. Todas as sanções previstas neste Projeto Básico poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

18.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

18.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração Pública à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

18.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e art. 207 do Decreto Municipal 11.685 de 18 de setembro de 2023, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.9. Na aplicação das sanções serão considerados o art. 156, §1º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e art. 208 do Decreto Municipal 11.685 de 18 de setembro de 2023.

18.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

18.11. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos

administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

19. ESCOPO DE PROJETO EXECUTIVO

19.1. Objeto e Abrangência

19.1.1. O escopo dos serviços, objeto desta contratação, contempla a elaboração do Projeto Executivo e a subsequente execução das obras para a construção de 1 (uma) Obra de Arte Especial (OAE) em concreto sobre o Córrego Lageadinho:

- Lote Único: Ponte Jardim das Flores

19.1.2. O Projeto Executivo deverá ser desenvolvido a partir do Projeto Básico fornecido pela Administração, detalhando todas as soluções de engenharia e garantindo total compatibilidade com as condições topográficas, geotécnicas e hidrológicas existentes na área de cada lote.

19.2. Metodologia e Formatos de Entrega

19.2.1. Os projetos deverão ser integralmente desenvolvidos na metodologia BIM (Building Information Modeling), permitindo a análise de interferências, a extração de quantitativos e a visualização tridimensional da solução.

19.2.2. Todos os produtos do projeto deverão ser entregues nos seguintes formatos:

- a) Arquivos Nativos Editáveis: nos formatos RVT (Revit) e DWG (AutoCAD).
- b) Arquivos de Intercâmbio: no formato IFC (Industry Foundation Classes) para interoperabilidade.
- c) Documentos Finais: no formato PDF, assinados digitalmente pelo responsável técnico.

19.3. Escopo dos Serviços para Elaboração do Projeto Executivo

19.3.1. Estudos de Campo Complementares:

- a) Levantamentos Topográficos: Execução de levantamentos planialtimétricos cadastrais detalhados das áreas de implantação de cada lote, amarrados ao Sistema Geodésico Brasileiro.
- b) Investigações Geotécnicas: Realização de sondagens a percussão (SPT) ou rotativas, conforme a necessidade, para caracterização do subsolo nos locais de implantação das fundações.

19.3.2. Disciplinas de Projeto:

- a) Projeto Geométrico: Detalhamento do traçado dos eixos, perfis longitudinais e seções transversais dos acessos e da ponte.
- b) Projeto de Terraplenagem: Definição de cortes, aterros, seções de projeto e cálculo de volumes.
- c) Projeto de Drenagem: Dimensionamento e detalhamento dos sistemas de micro e macrodrenagem

(bueiros, sarjetas, descidas d'água etc.).

d) Projeto de Pavimentação: Dimensionamento e detalhamento das camadas do pavimento dos acessos.

e) Projeto Estrutural (OAE e Contenções): Análise e dimensionamento de todos os elementos estruturais da fundação, mesoestrutura e superestrutura da ponte, bem como de eventuais estruturas de contenção.

f) Projeto Arquitetônico e de Acabamentos: Detalhamento de todos os elementos estéticos, incluindo guarda-corpos, barreiras, revestimentos e outros componentes, em estrita conformidade com o estilo neoclássico definido pela Administração.

g) Projeto de Iluminação Pública Ornamental: Dimensionamento e especificação de postes, luminárias e rede de distribuição, em harmonia com o projeto arquitetônico.

h) Projeto de Sinalização Viária: Definição da sinalização horizontal, vertical e de segurança.

i) Projetos Ambientais: Elaboração dos planos e projetos necessários ao cumprimento das condicionantes da Licença de Instalação (LI).

19.4. Volumes para Entrega Final do Projeto Executivo

19.4.1. A documentação final do Projeto Executivo, para cada lote, deverá ser organizada e entregue nos seguintes volumes:

Volume I – Memoriais: Memorial Descritivo e Memorial Justificativo de todas as disciplinas de projeto.

Volume II – Memoriais de Cálculo: Memórias de cálculo detalhadas de todos os dimensionamentos (estrutural, geotécnico, hidrológico etc.).

Volume III – Peças Gráficas (Pranchas): Desenhos técnicos detalhados de todos os projetos, em formato padronizado e com todas as informações necessárias à execução.

Volume IV – Orçamento e Cronograma: Planilha orçamentária detalhada, com composição de custos unitários, e cronograma físico-financeiro da obra.

Volume V – Especificações Técnicas: Especificações de materiais e serviços a serem empregados na obra.

Volume VI – Relatórios de Estudos de Campo: Relatórios completos dos levantamentos topográficos e das investigações geotécnicas.

19.5. Análise e Aprovação

19.5.1. Após a conclusão da elaboração do Projeto Executivo, toda a documentação (Volumes I a VI) deverá ser remetida à Sinfra Municipal para análise técnica e aprovação.

19.5.2. A Sinfra terá um prazo, a ser definido em contrato, para analisar a documentação e emitir parecer de aprovação ou solicitar revisões. A CONTRATADA deverá atender a todas as solicitações de ajuste sem ônus adicional.

19.5.3. A Fase 2 (Execução das Obras) somente poderá ser iniciada após a aprovação formal e inequívoca do Projeto Executivo pela equipe técnica da Sinfra.



20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Ciente da necessidade da contratação em tela e das informações prestadas, atesto que a presente contratação está dentro da estrita legalidade e aprovo o Projeto Básico.

Rondonópolis, 03 de fevereiro de 2026

LUCAS CORRENTE LUZ
Secretário Municipal de Infraestrutura
Portaria nº 36.465 de 02/01/2025